Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVII Jornada de Extensão

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO EM UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BAIRRO GETÚLIO VARGAS, IJUÍ, RS[1]

Daniel Brendow Teixeira Rocha[2], Paulo Ernesto Scortegagna[3], Yuri Fernando Fragoso[4].

[1] Relato de experiência do Projeto de Extensão Universitária Ações Multidisciplinares: Construção de Soluções Socioambientais para o Desenvolvimento Local no Município de Ijuí-RS- 2016.
[2] Acadêmico do curso de Direito, do DCJS-Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais/UNIJUI, Bolsista PROAV, danielbrendowrocha@gmail.com
[3] Professor Mestre do DHE-Departamento de Humanidades e Educação da UNIJUÍ, coordenador do projeto, paulosc@unijui.edu.br
[4] Acadêmico do curso Engenharia Civil do DCEEng – Departamento de Ciências Exatas e Engenharias/UNIJUI, Bolsista PROAV, yurifragoso@live.com

Introdução

O projeto "Ações comunitárias multidisciplinares: construção de soluções socioambientais para o desenvolvimento local no município de Ijuí-RS", assume como princípios estruturantes das ações da extensão universitária: o caráter da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a intervenção dialógica na convivência para a construção de saberes conjuntos comprometida com o desenvolvimento social; as abordagens multidisciplinares e interdisciplinares; avaliação sistemática dos impactos produzidos na realidade social e acadêmica e a adoção da concepção metodológica da Pesquisa-ação integral e sistêmica.

Inserido no Programa de Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade e nas linhas de ação do desenvolvimento social e sustentabilidade e gestão ambiental propõem a intervenção de competências multi e interdisciplinares nas áreas de conhecimento dos Cursos de Design, Agronomia, Medicina Veterinária e Engenharia Civil, Arquitetura, Direito, bem como da Comunicação Social, Geografia, História e Artes.

A Educação patrimonial e geográfica, a educação para a cultura visual e fotográfica, a educação para o design social, a educação ambiental, a educação patrimonial, a educação para a saúde pública, a educação para a segurança alimentar, a linguagem dos meios de comunicação, são os temas centrais a serem desenvolvidos pelo projeto.

Considerando o reconhecimento da responsabilidade e função social da Universidade e o potencial de intervenção social da extensão universitária o projeto objetiva a construção de soluções socioambientais para o desenvolvimento local com sustentabilidade no município de Ijuí, RS e tem atuado, desde o ano de 2015, junto ao bairro Getúlio Vargas de Ijuí conjuntamente com os seguintes atores sociais: Associação de Moradores do Bairro, Clube de Mães "Unidas Venceremos" e a Escola Estadual de Ensino Fundamental Emil Glitz. No I Semestre de 2016, atuou junto à escola Emil Glitz, com uma ação/atividade relacionada à Educação Ambiental, conjuntamente com os alunos representantes das turmas do Ensino Fundamental a partir do 6º ano até o 2º ano do Ensino Médio.

Neste contexto, o presente relato de experiência objetiva apresentar as Ações/atividades desenvolvidas e discutir os resultados das mesmas. Na especificidade do curso de Direito, será

abordado o tema de saneamento básico, enfatizando as relações com a legislação ambiental, complementar e o plano de saneamento básico do Município de Ijuí.

Metodologia

Para a prática e construção dos DRPs (Diagnóstico Rápido Participativo) e da Exposição Fotográfica, seguiram-se as seguintes etapas citadas no quadro a seguir.

Quadro 1. Cronograma e etapas/atividades dos DRPs.

DATAS	ATIVIDADES
12/05/2016	Reunião com os estudantes da escola. Noções sobre DRP e Linguagem Fotográfica. Definição das problemáticas por área de conhecimento dos Cursos envolvidos no Projeto. Divisão dos grupos. Saída a campo para atividade prática de coleta de dados e registros fotográficos para construção dos DRPs. Retorno dos grupos: transferência e arquivamento das fotos.
26/05/2016	Visualização, apreciação e seleção das fotos feitas no dia 12 de maio. Estruturação dos DRPs em um Power Point a partir da definição dos seguintes itens: 1. Problemas; 2.Causas; 3.Consequências; 4.Possíveis soluções; 5. Atividades; 6.Recursos.
02/06/2016	Visualização, apreciação e seleção das fotos feitas no dia 12 de maio. Estruturação dos DRPs em um Power Point a partir da definição dos seguintes itens: 1. Problemas; 2.Causas; 3.Consequências; 4.Possíveis soluções; 5. Atividades; 6.Recursos.
09/06/2016	Finalizações das sistematizações nos Power Point.
16/06/2016	Apresentação e debate dos DRPs para todos os grupos.
23/06/2016	Fabricação das molduras para as fotos.
25/06/2016	Montagem e abertura da exposição.
30/06/2016	Avaliação da exposição e dos resultados das atividades do projeto

Fonte: Paulo Ernesto Scortegagna

Sobre o aporte da metodologia da Pesquisa-Ação cabe salientar que THIOLLENT (1996, p.14) a define como sendo: "(...) um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo". Ou ainda, para MORIN (2004), a pesquisa-ação "Trata-se de uma abordagem de compreensão e de explicação das práxis dos grupos sociais, pela implicação dos próprios grupos, e com intenção de melhorar sua prática". No entanto, tem ainda, a pesquisa-ação, objetivo emancipatório e transformador do discurso, das condutas e das relações sociais. Portanto, a Pesquisa-Ação é uma modalidade de pesquisa social na qual há um diálogo entre o pesquisador e os pesquisados que estão envolvidos na solução de um problema detectado para, em seguida, montarem estratégias visando à solução da questão detectada.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVII Jornada de Extensão

A fim de verificar quais eram os principais problemas em relação à questão ambiental no bairro e levando em consideração as áreas de conhecimento que atuam no projeto (engenharia civil-saneamento básico e destino de lixo; medicina veterinária – saúde pública e zoonoses; direito – leis orgânicas e plano municipal de saneamento básico; design – design social, sinalização e mobiliário urbano) trabalhou-se com o DRP. Segundo FREITAS & DIAS (2001, p. 73-74) as técnicas do DRP, assim como outros métodos utilizados nas metodologias participativas procuram problematizar a realidade local, remetendo os problemas identificados a realidades causais mais amplas, respeitando, no entanto, os valores da cultura local.

O diagnóstico é um método para obtenção e construção coletiva de informações sobre uma determinada realidade. Ele é chamado de participativo, porque o processo de obtenção destas informações é feito de modo a envolver que vivem a situação diagnosticada, para que construam, juntamente com os mediadores que coordenam a aplicação do DRP, o conjunto de dados e informações que irão compor a análise. A interação entre esses atores pode configurar um processo de aprendizagem, tanto sobre a realidade regional, quanto sobre a interação entre as pessoas do lugar com aqueles que vêm de fora, de outros contextos e lugares sociais, com a proposta bem-intencionada de ajuda a comunidade. O DRP se diz participativo, porque possibilita ao grupo falar e refletir sobre sua própria realidade, suas experiências, conhecimentos, expectativas, desejos mais imediatos.

Resultados e discussão

A atividade de DRP resultou na identificação dos principais problemas socioambientais encontrados no bairro. O quadro a seguir demostra a situação diagnosticada pela ação de alunos da Escola conjuntamente com o acadêmico do curso de Direito e de Engenharia Civil.

Quadro 2. Problemas socioambientais diagnosticados, causas e consequências e suas relações com a área do Direito.

PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS	CAUSAS	CONSEQUÊNCIAS
Risco de desabamento de uma das residências.	Não acompanhamento de órgãos responsáveis pelo acompanhamento das residências do bairro e não acesso ao conhecimento de possíveis soluções.	Erosão do solo provocando a destruição da casa e possíveis acidentes aos moradores.
Residências na proximidade a aterro contaminado.	Proximidade a solo infectado e proximidade a lugar que atrai animais responsáveis por zoonoses.	Crianças se cortarem com algum material perfurocortante contaminado com bactérias

responsáveis por doenças que podem ser graves, como por exemplo, o tétano, ou outros microrganismos que possam infeccionar possíveis machucados.

Moradores da ocupação sem acesso a saneamento básico.

Falta de saneamento básico. Não acompanhamento de profissionais da saúde, aumentando a susceptibilidade a doenças e contaminações com a falta de infraestrutura necessária.

Desrespeito dos moradores às lixeiras já existentes.
Não cooperação da comunidade para uma melhor harmonização do bairro e limpeza de ruas e calçadas.

Desestímulo da população para respeitar as iniciativas tomadas por quem deseja cooperar com a limpeza.

Pequenas queimadas.
Costume da comunidade que é prejudicial à saúde.

Aumento de poluição no ar e maior desconforto na respiração e aumento de doenças respiratórias.

Baixo índice de moradores do bairro que prezam a ecologia.

Não há estímulo para a separação adequada do lixo.
Aumento da dificuldade na coleta de lixo, principalmente, o lixo reciclável que é desperdiçado.
Em relação ao saneamento ambiental, conforme se pode observar no quadro 2 os moradores não são muito estimulados a cooperar com a coleta seletiva de lixo, tampouco, com a preocupação com o destino final de seus lixos que são produzidos diariamente, como por exemplo desde uma tampinha de garrafa até itens de vestimenta pessoal, calçados, como demonstra a imagem 1.
Sobre a identificação das causas constata-se que na maioria dos problemas é citado o descaso com a limpeza do bairro, o desrespeito às iniciativas dos cidadãos que se dispuseram a contribuir de alguma maneira para tentar atenuar a situação causada pelo acúmulo de resíduos sólidos jogados a céu aberto.
Por sua vez, as consequências identificadas tais como: os riscos de desabamento de uma das residências, as residências que ficam nas proximidades de aterros contaminados, os moradores da ocupação que não têm acesso a um digno saneamento básico, o desrespeito dos moradores às lixeiras já existentes, as pequenas queimadas e o baixo índice de moradores do bairro que prezam a ecologia resultam em prejuízos para a maioria da população residente no bairro. Sendo a maior parte desses problemas ocasionados pelos próprios moradores, como por exemplo, o acúmulo de entulho na parada de ônibus, como demonstra a gravura 1, em que é explícito o descaso com a

manutenção desse local tanto da administração pública, quanto os próprios cidadãos que não agem em favor de uma melhoria.

Com vistas a estabelecer um diálogo entre tais problemas com o plano de saneamento básico do Município de Ijuí, cabe à administração executar os cada passo do plano para uma efetiva melhoria do estado atual do bairro, como por exemplo, o recolhimento do lixo das ruas, a manutenção de paradas de ônibus, criação de lixeiras, tratamento dos córregos e dos ductos de esgotamento, necessidades essenciais para o saneamento básico do bairro Getúlio Vargas.

Tomando como base a legislação, a Lei Complementar Nº. 234/90 prevê o código de limpeza urbana, que é de responsabilidade, como já falado anteriormente, do poder executivo em viabilizar os recursos necessários para a administração do bairro e a conservação da limpeza em vias públicas, como também é da responsabilidade do executivo "a coleta, transporte e destinação do lixo público gerado na execução dos serviços de limpeza urbana", como é citado no art. 10 dessa mesma lei. A lei nº 6.938/81, que segundo o professor Paulo Affonso Leme Machado é a lei ambiental mais importante e define que o poluidor é obrigado a indenizar danos ambientais que causar, independentemente da culpa. O Ministério Público pode propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, impondo ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar prejuízos causados. Esta lei criou a obrigatoriedade dos estudos e respectivos relatórios de Impacto Ambiental. Ou seja, quem degradar o meio ambiente pode ser responsabilizado por tal dano. A mesma lei também prevê a importância da preservação e melhoria do condicionamento do meio ambiente, que em conjunto com ações de educação ambiental possam modificar o panorama nacional.

De acordo com o site do Município de Ijuí o plano de Saneamento o plano baseia-se em quatro eixos principais, são eles: a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e drenagem de águas pluviais (água proveniente da chuva). O Poder Executivo, através da nomeação de um comitê composto por técnicos da prefeitura visa conscientizar, informar e orientar a população, a fim de que as pessoas abracem esta discussão. Apreciando desde o ponto de vista da Legislação Ambiental visa a proteção do meio ambiente, sendo cabível que alguns aspectos poderiam ser evitados, como por exemplo, as pequenas queimadas que além de poluir o ar, aumentam a disseminação de sujidade pelo bairro com os resíduos resultantes da queima.

Outro resultado significativo foi a Exposição de fotografias "Meu Bairro na Escola", onde moradores e alunos da escola e do bairro tiveram a oportunidade de contemplar nas fotos produzidas pelos próprios estudantes e que se constitui em um primeiro processo de conscientização das problemáticas existentes.

Conclusões

Para a realização deste trabalho, tivemos a oportunidade de acompanhar um pouco dos problemas que afetam o meio ambiente do bairro Getúlio Vargas, sejam eles ocasionados por falta de acompanhamento de órgãos responsáveis pela manutenção do bairro ou pelo descaso dos próprios moradores com o cuidado do mesmo. Os alunos da escola Emil Glitz junto à equipe de acadêmico puderam verificar que dentre os problemas mostrados existem soluções possíveis e cabíveis, alternativas estas que podem mudar toda a dinâmica e, consequentemente, o panorama do bairro atual.

Sendo assim, é importante frisar que este projeto visa uma continuidade da dinâmica de transformação no bairro, incentivando os alunos da escola e os moradores a apoiarem e participarem das mudanças necessárias para a efetiva melhoria do bairro. Através dessa mobilização estudantil é possível notar que a comunidade já contempla uma conscientização acerca do futuro do bairro. A continuidade deste projeto como já fora relatado é de suma importância para a mobilização social em prol da melhoria do bairro Getúlio Vargas, sendo assim, a iniciativa para a tomada de decisões iniciais, sejam elas na escola do bairro, como a escola Emil Glitz, ou dos núcleos de organização do bairro, como a Associação de Moradores do Bairro ou o Clube de Mães "Unidas Venceremos", são o diferencial para sanar todas e quaisquer debilidades.

Palavras-Chave: Iniciativa; Responsabilidade; Cuidado; Respeito; Cultura.

Agradecimentos
Ao professor Paulo Ernesto Scortegagna por todo o auxílio e oportunidade ofertado a mim e ao meu colega de equipe; A Equipe Diretiva da Escola, Diretora Adriana Soares Pereira, Vice-diretora manhã Osméri Antônia Groth dos Santos, Vice-diretora tarde Mônica Bortolan Voltz, Vice-diretora noite Márcia Regina Selle Oliveira, Coordenadoras: Elisete Regina Motta Rico, Noemi Borges de Moraes, Carla Jung dos Santos. Aos alunos da escola, envolvidos nas atividades do projeto de extensão, Mariane Pereira e Eduardo Silva que participaram do grupo que trabalho no DRP de Saneamento e Legislação Ambiental. A todas as crianças e adolescentes da escola por cooperarem com o projeto, à escola e ao bairro.

Referências Bibliográficas

FREITAS, Alan Ferreira de, DIAS, Marcelo Miná. O uso do diagnóstico rápido participativo (DRP) como metodologia de projetos de extensão universitária. In: Revista Em Extensão. Capa > v. 11, n. 2, p.69-81, jul/dez, 2012. Revista semestral da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis/ Universidade Federal de Uberlândia.

MORIN, André. Pesquisa-ação integral e sistêmica: Uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo: Cortez, 1996.

Município de Ijuí, Poder Executivo. Meio Ambiente: Plano Municipal de Saneamento Básico – Plamsab. Disponível em: <http://www.ijui.rs.gov.br/secretarias/meio_ambiente/plano_municipal_de_saneamento_basico_-_plamsab> Acesso em 06 jun. 2016.

Legislação Complementar, Nº 234/90. Código de limpeza urbana. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/lei_complementar_234-90.pdf> Acesso em 06 jul. 2016.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XVII Jornada de Extensão

Legislação Ambiental, Nº 6.938/1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Legislação de direito ambiental brasileiro.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. MEIO AMBIENTE – AS 17 LEIS AMBIENTAIS DO BRASIL. Disponível em: <http://planetaorganico.com.br/site/index.php/meio-ambiente-as-17-leis-ambientais-do-brasil/> Acesso em 06 julh. 2016.

Imagem I
Descasos com a manutenção da parada de ônibus e com a limpeza urbana